

Agro foco

Revista de Agropecuária da Embrapa Amazônia Oriental - Ano I - nº 2 - ago. 2015

Entrevista

Antônio Abelém, diretor-presidente do Parque de
Ciência e Tecnologia Guamá.

Temas desta edição

Avaliação corporal de bovinos

Aquicultura na Amazônia

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Lagarta-do-paricá

Recuperação de pastagens

Floricultura no Pará

Fitorremediação de solos contaminados

Ações de fomento à pesquisa

Parceria entre Embrapa e Emater

Embrapa

Recuperação de pastagens na amazônia: conciliando a preservação ambiental com a segurança alimentar

O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL DEVERÁ SER PAUTADO NA RECUPERAÇÃO DOS CERCA DE 30 MILHÕES DE HECTARES DE PASTAGENS DEGRADADAS EXISTENTES NA REGIÃO, PRESERVANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E O MEIO AMBIENTE.

A partir de meados da década de 1960, teve início uma etapa de rápida expansão da pecuária de corte na região amazônica, em particular no Estado do Pará. A princípio, essa expansão foi, em parte, estimulada pela deficiência crônica na produção e, como consequência, no abastecimento de carne bovina nessa região, que penalizou a população local, principalmente aqueles com menor poder aquisitivo, por cerca de dois séculos (de meados dos anos de 1800 até o final dos anos de 1960). Essa situação de desabastecimento tornava o desenvolvimento da pecuária de corte atrativo, pois garantia mercado para a produção de carne bovina na região. Além disso, até meados dos anos 1970, eram comuns as crises periódicas no abastecimento de carne bovina nas maiores cidades das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Portanto, do ponto de vista estratégico e de mercado, a expansão da pecuária na Amazônia era vista como uma atividade promissora sob as óticas econômica e social, pois, além de ter um forte apelo comercial, tinha o potencial de melhorar o padrão alimentar da população amazônica e abastecer a crescente população brasileira.

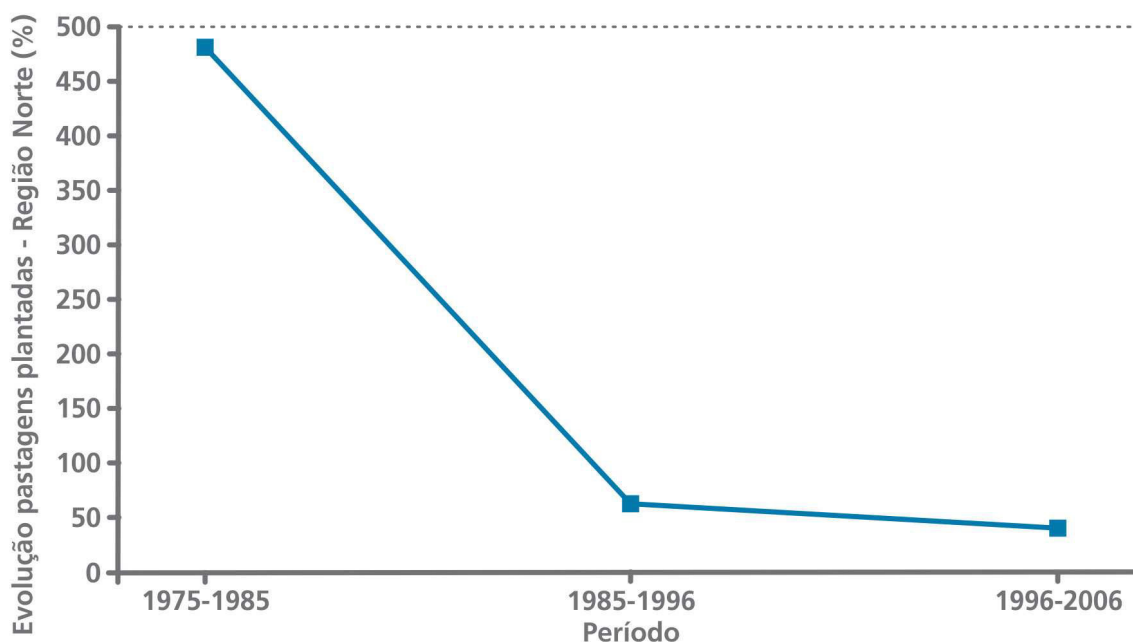
A política de incentivos fiscais para a Amazônia, iniciada em meados dos anos 1950, mas intensificada pelo governo militar a partir de 1966, foi um fator decisivo para impulsionar a expansão da pecuária de corte na região. A abertura da Rodovia Belém-Brasília, no começo dos anos 1960, bem como a abertura de outras rodovias regionais, também incentivou o desenvolvimento da pecuária de corte na Amazônia. Ao longo dessas rodovias foram formadas pastagens, abrindo espaço para o aumento do rebanho e facilitando o transporte de gado e o escoamento da produção de carne para os centros consumidores.

Essa etapa inicial de rápida expansão da pecuária de corte na região amazônica, que predominou até o final da década de 1970, foi fundamentada em uma pecuária basicamente extensiva (com baixo uso de tecnologia), subsidiada por uma política generosa de incentivos fiscais, desenvolvida em terras abundantes, baratas e desprovidas de infraestrutura adequada. Esse modelo mais extensivo de desenvolvimento inicial da pecuária, típico das regiões de fronteira agrícola, na época, foi também consequência da carência em

tecnologias de manejo de pastagens e das poucas opções de capins adequados para plantio na Amazônia. Como resultado, erros graves na formação e no manejo das pastagens eram frequentemente cometidos, resultando no curto tempo de vida produtiva dessas áreas.

Deste modo, por conta da incapacidade em manter as pastagens produtivas ao longo do tempo, as metas de produção eram, salvo exceções, alcançadas à custa do abandono das pastagens improdutivas (degradadas) e da formação de novas pastagens nas áreas de floresta primária. Esse modus operandi contribuía para o aumento das áreas de pastagens degradadas, hoje estimadas em cerca de 30 milhões de hectares, e do desmatamento na região. Tal modelo de produção, que prevaleceu até o início da década de 1980, contribuiu muito para estigmatizar a pecuária na Amazônia como uma atividade improdutiva e danosa ao meio ambiente.

Dentro desse cenário, a partir de meados dos anos 1970, estudos pioneiros visando à recuperação de pastagens degradadas passaram



Fonte: IBGE

Figura 1. Evolução (%) das áreas de pastagens plantadas na região Norte entre 1975 e 2006.

a ser desenvolvidos na Amazônia. Dentre esses estudos, destaca-se o Propasto Amazônia Legal (Projeto de Recuperação, Melhoramento e Manejo de Pastagens da Amazônia Legal). Esse projeto foi iniciado em 1976, por iniciativa da atual Embrapa Amazônia Oriental (na época, Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido – CPATU), visando testar tecnologias para a recuperação da produtividade de pastagens degradadas na região amazônica. Extinto em meados dos anos 1980, por falta de visão estratégica e científica dos tomadores de decisão da época, esse projeto foi um marco na geração de tecnologias e na formação de equipe de especialistas em recuperação de pastagens degradadas na Amazônia Legal. Até hoje, as contribuições provenientes desse projeto têm influenciado as ações desenvolvidas pela Embrapa e por outras instituições, na melhoria da produtividade da pecuária, no aumento da segurança alimentar e na redução do desmatamento na Amazônia.

As crescentes pressões pela diminuição do desmatamento, aliadas à maior disponibilidade de tecnologia para o aumento da produtividade das pastagens na Amazônia, vêm, desde meados dos anos 1980, contribuindo para uma mudança de paradigma na condução da pecuária desenvolvida a pasto nessa região. Essa mudança de paradigma vem sendo traduzida em maior eficiência (produzir mais em menor área) por meio do aprimoramento das técnicas de produção, visando ao aumento da produtividade e longevidade das pastagens e, principalmente, a recuperação de pastos degradados, em detrimento da expansão das áreas de pastagens sobre as áreas de vegetação natural (floresta e cerrado).

Um exemplo incisivo dessa realidade pode ser observado no padrão do crescimento do rebanho bovino e das áreas de pastagem no Brasil, nos últimos 30 anos. Na região Norte (que abrange a maior parte da Amazônia Brasileira), o crescimento do rebanho bovino superou em 256% a expansão das áreas de pastagem. Nesse mesmo período, a taxa de lotação das pastagens (uma medida que avalia a produtividade das pastagens, em termos de números de bovinos por área de pasto) cresceu 215% nessa mesma região, o maior aumento de produtividade dentre todas as regiões brasileiras, segundo dados

do IBGE. Esse grande incremento de produtividade da pecuária amazônica pode ser ainda constatado na substancial diminuição das taxas de abertura de novas pastagens na região Norte entre 1975 e 2006, ano do último Censo Agropecuário Brasileiro (Figura 1).

Portanto, caso a produtividade das pastagens da região Norte tivesse sido mantida no patamar dos anos 1970, a área dessas pastagens teria que ser muito maior (em torno de 200%) para acomodar o rebanho atual. Tais ganhos de produtividade permitiram que, nesses últimos anos, fosse evitada a derrubada de milhões de hectares dos biomas Amazônia e Cerrado para a formação de novas pastagens. Essa tendência vem sendo confirmada pela diminuição nas taxas de desflorestamento na Amazônia, segundo dados recentes do Inpe.

Esse aumento gradual de produtividade na pecuária amazônica também vem permitindo melhorar substancialmente a segurança alimentar da população local, que até meados dos anos 1960 era penalizada por um desabastecimento crônico de carne bovina in natura, que já se arrastava desde os anos 1800.

Como projeção para o futuro da pecuária na região, é possível afirmar que a recuperação de pastagens degradadas deverá ter papel decisivo no aumento da produção, sem a necessidade de expansão das áreas de pastagem. Isto é, o aumento da produtividade e a preservação ambiental deverão ser o foco central da pecuária amazônica do futuro, conciliando a crescente demanda regional e mundial por proteína animal com a redução dos desmatamentos. Para que esse objetivo seja alcançado, algumas ações serão necessárias, conforme resumido a seguir.

1) Geração de tecnologia, visando o desenvolvimento de novas cultivares de forrageiras, de estratégias de recuperação de pastagens degradadas e de manejo de pastagens ainda produtivas.

2) Fluxo constante de investimento público e privado em pesquisa e desenvolvimento sobre manejo de pastagens e em estratégias que incentivem a adoção de tecnologia entre os produtores rurais.

3) Fortalecimento dos serviços de assistência técnica pública.

Portanto, é importante que o setor público seja cobrado para que essas

ações sejam efetivadas na Amazônia. Nesse sentido, uma política de baixo investimento em pesquisas que melhorem a eficiência da pecuária em regiões como a Amazônia seria inteiramente incoerente com a atual política de metas ousadas do governo para recuperação de pastagens e redução do desmatamento nessas regiões, como aquelas preconizadas pelo Programa ABC.

Assim, considerando os benefícios ambientais e sociais da recuperação de pastagens degradadas na Amazônia, é essencial que essa atividade tenha alguma forma de compensação financeira de diminuição de custos, que incentivem a sua adoção em larga escala pelos produtores rurais.

Mesmo que haja acesso fácil a crédito, se não houver o domínio da tecnologia pelo produtor, ou se esse produtor não tiver acesso à assistência técnica qualificada, a adoção de práticas de recuperação de pastagens degradadas pode ser prejudicada. Assim, é fundamental a criação ou o fortalecimento de mecanismos para a qualificação técnica dos produtores e de agentes de assistência técnica.

Finalmente, se não houver segurança jurídica no campo, o estímulo do produtor rural para investir em tecnologia para recuperar pastagens improdutivas será mínimo ou inexistente. Portanto, cabe ao poder público garantir a segurança na posse da terra e o direito à propriedade no campo, para com isso incentivar a melhoria dos sistemas de produção a pasto na Amazônia, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos.